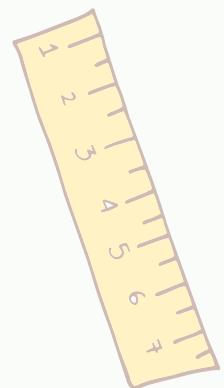
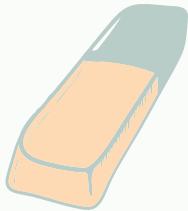
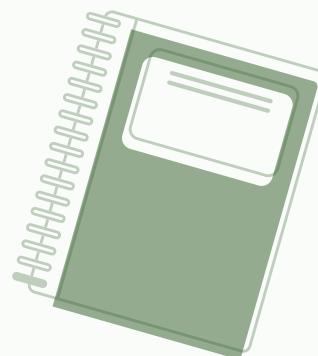
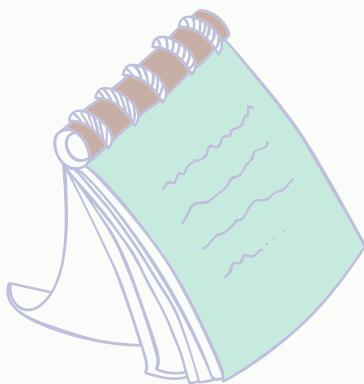


**Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia Goiano – Campus Urutaí  
Programa de Pós-Graduação em Ensino  
para a Educação Básica**



## **Autoformação Docente na Perspectiva Inclusiva**



**Urutaí/GO  
2022**



**ROSANE MARTINS DE OLIVEIRA RODRIGUES**

**ORIENTADOR: PROF. DR. MARCOS**

**FERNANDES SOBRINHO**

**AUTOFORMAÇÃO DOCENTE NA  
PERSPECTIVA INCLUSIVA**

**Produto Técnico/Tecnológico  
apresentado ao Instituto Federal  
Goiano – Campus Urutaí, como  
requisito parcial do Programa de  
Pós-Graduação em Ensino para  
a Educação Básica para  
obtenção do título de Mestre.**

**Urutaí/GO  
2022**

## **Os direitos de tradução e reprodução reservados.**

Nenhuma parte desta publicação poderá ser gravada, armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada reproduzida por meios mecânico, eletrônicos ou utilizada sem a observância das normas de direito autoral.

**ISSN XX-XXX-XX**

### **FICHA CATALOGRÁFICA**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema Integrado de Bibliotecas – SIB/IF Goiano



## APRESENTAÇÃO

O presente Produto Educacional é resultado da dissertação PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: desafios e possibilidades produzidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica ofertado pelo Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Fernandes Sobrinho.

Mediante indagações, estudos e análises realizadas, traçamos como objetivo geral: analisar de que forma os mandamentos da Resolução CNE/CEB nº 2/2001 têm chegado em duas escolas públicas estaduais do sudeste goiano, bem como, identificar aspectos relativos à eficácia social desta Resolução, de sorte a contribuir com a construção de um documento de apoio orientador a docentes para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência no espaço da sala de aula.

O presente documento tem por objetivo contribuir de forma significativa com a prática pedagógica da equipe escolar como um todo no que se refere à inclusão, auxiliando gestores, coordenadores pedagógicos, professores do AEE, profissionais de apoio e, principalmente, professores regentes que lidam diretamente com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, no cotidiano da sala de aula, e que não se sentem preparados para a realização deste trabalho.

O material elaborado aborda questões legislativas, históricas, orientações pedagógicas, sugestões de filmes e vídeos que retratam algumas deficiências, além de uma coletânea da literatura e textos que irão contribuir para o processo como um todo, sendo um instrumento de leitura e estudo. O trabalho foi construído pautado numa linguagem simples e de fácil leitura, visando o alcance de todos os envolvidos.

Vale ressaltar que a inclusão de pessoas com deficiência é um processo cheio de imprevistos, sem receitas prontas e que exige aperfeiçoamento contínuo dos profissionais da educação e, em especial, dos professores.

Garantida pelas leis e decretos, a educação especial na perspectiva inclusiva proclama que a escola como um todo se mobilize e se transforme de modo a possibilitar a verdadeira inserção da pessoa com deficiência, quando possível, no mundo da leitura, da escrita e para além dela.

Destarte dizer que, ainda, existe um número considerável de pessoas com deficiência que não usufrui de seus direitos e a LDBEN 9394/96, em seu Art. 59, assegura aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, acesso igualitário à escola pública e condições de permanência.

Entendemos, portanto, que o primeiro passo para a efetivação da inclusão dentro dos “muros da escola” é que todos os profissionais envolvidos neste processo possuam habilidades e competências para o desenvolvimento desse trabalho. Sendo assim, é imprescindível que as mudanças organizacionais nos ambientes escolares, tanto na estrutura física quanto na configuração pedagógica, aconteçam de forma expressiva de modo a priorizar estratégias e recursos de adequação às necessidades do aluno, envolvendo mudanças no projeto político pedagógico, bem como, nas ações da equipe escolar, da família, nos planejamentos diários dos professores, nas estratégias de ensino e de avaliação adequadas a esse público-alvo.

No artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos, diz que “todo ser humano tem direito à instrução”. Diante disso, considerando ser essencial que os direitos humanos sejam garantidos pelo império da lei, princípio este que norteou todo o nosso trabalho.

Tendo como parâmetro que a escola é interventora direta desse processo em ações assertivas, materializou-se o referido documento formativo, a fim de auxiliar os profissionais de educação que lidam direta ou indiretamente com esse alunado.

Vale esclarecer que as informações aqui apresentadas são sugestões interventivas de formação continuada, cabendo a equipe escolar, bem como aos professores regentes analisarem aquelas que mais atenderão as suas expectativas de aprendizagem de acordo com sua prática diária.

Por fim, pertinente registrar que, o processo de inclusão só acontecerá de forma expressiva quando houver um “brado retumbante” de toda uma sociedade exigindo mudanças físicas, organizacionais, pedagógicas e atitudinais no meio escolar e na sociedade em geral.

Somente alcançaremos a equidade de oportunidade para o nosso aluno com deficiência quando a Educação for verdadeiramente abalizada para “TODOS” e, quando, cada um de nós decidirmos pela efetivação deste processo!



Rosane Martins de Oliveira Rodrigues  
Um bom trabalho a todos!

# SUMÁRIO

1 CONTEXTUALIZANDO A INCLUSÃO.....	7
2 PRINCIPAIS DISPOSITIVOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	10
2.1 DOCUMENTOS INTERNACIONAIS.....	18
3 CONCEITOS E DISTINÇÕES RELEVANTES.....	21
3.1 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	21
3.2 DIFERENÇA ENTRE INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO.....	22
3.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	22
3.4 OS TRÊS MAIORES DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	25
3.5 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	26
3.6 DIFICULDADE OU TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM.....	29
3.6.1 TIPOS DE TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM.....	33
3.6.2 PRINCIPAIS LIVROS SOBRE DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM.....	36
4 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).....	37
4.1 DO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	38
4.2 SERVIÇOS DE APOIO ESPECIALIZADO.....	42
5 DICAS DE BOA CONVIVÊNCIA COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	44
5.1 TERMINOLOGIA ADEQUADA.....	44
5.2 COMO SE COMPORTAR DIANTE DE UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	46
6 MITOS E VERDADES.....	54
7 ACESSIBILIDADE.....	57
7.1 BARREIRAS QUE IMPEDEM A ACESSIBILIDADE.....	57
8 PROCEDIMENTOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	60
9 GARANTINDO A PERMANÊNCIA DE TODOS OS ALUNOS NA ESCOLA.....	63
9.1 ADAPTAR E FLEXIBILIZAR O CURRÍCULO.....	63
9.2 DIMENSÕES POSSÍVEIS PARA UM PLANEJAMENTO FLEXÍVEL.....	63
10 QUER SABER MAIS?.....	71
10.1 LIVROS E TEXTOS RELEVANTES.....	71
10.2 SITES QUE UM PROFESSOR DEVE CONHECER.....	74
11 REFERÊNCIAS.....	76

# 1 CONTEXTUALIZANDO A INCLUSÃO

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, parametrizada em favor do direito de todos os estudantes de estarem no mesmo ambiente escolar, a aprender e a participar, sem discriminação. Porquanto constitui-se um modelo educacional abalizado na concepção de direitos humanos, integrando a igualdade e diferença como valores indissociáveis.

Sabe-se que a Educação Especial tem o dever de promover e de oferecer alternativas para que as pessoas com deficiência, ou que se encontram total ou parcialmente excluídas do sistema de ensino, possam ter oportunidades reais de inclusão e de equidade, prevalecendo assim, seus direitos sociais.

Há necessidade da reformulação dos sistemas educacionais, que, por consequência, traçaram ações com o objetivo de alcançar todos os alunos em contextos regulares.

O autor Romeu Kazumi Sassaki (2006), em sua obra, define a educação inclusiva como:

[...] o conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana. Nenhum tipo de aluno poderá ser rejeitado pelas escolas. As escolas passam a ser chamadas inclusivas no momento em que decidem aprender com os alunos o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado nas seis áreas de acessibilidade, a fim de que cada aluno possa aprender pelo seu estilo de aprendizagem e com o uso de todas as suas múltiplas inteligências (SASSAKI, 2006, p. 15).

Já Mantoan (2003) acredita que a inclusão deve causar uma mudança de perspectiva educacional. Isso porque o ato de incluir não se limita somente aos alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a toda a comunidade escolar. Dessa forma, cabe-nos, aqui, dizer que o maior avanço político foi reconhecer o direito dos alunos com deficiência, dando a eles a oportunidade de aprender a partir de suas capacidades, respeitando as suas limitações e compreendendo que a heterogeneidade é uma realidade no contexto da sala de aula. Isso sugere, em larga medida e de forma igualitária, acesso e permanência de todo e qualquer aluno à educação.

Em consonância com a trajetória legislativa e social da Educação Especial, pertinente destacar que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um movimento que tem sido exaustivamente debatido por diferentes segmentos. A inclusão é um procedimento que busca lidar com a diversidade e as diferenças, nessa perspectiva, o papel do professor é fundamental, uma vez que ele é o mediador do processo ensino/aprendizagem (MANTOAN, 2003; SAVIANI, 2001).

Kullok (2000, p. 12), reforça que o professor do século XXI “[...] deverá ser capaz de adaptar-se às mudanças, de trabalhar com criatividade, com o novo, com as novas tecnologias, com os valores humanos, com a incerteza, com a reflexão”. Deste modo, fica subtendido que a formação de professores, nesse contexto, se constitui num mecanismo para a superação dos desafios educacionais contemporâneos.

Sendo assim, é pertinente considerar que o sucesso da inclusão escolar está sujeito, em grande medida, ao trabalho pedagógico realizado pelo professor dentro da sala de aula. Isso porque ele deve estar habilitado para responder às necessidades individuais de seus alunos, propondo situações diversas em prol da aprendizagem de todos.

Mantoan (2003, p. 81) diz que “[...] formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais”. Logo, o professor tem o desafio de ensinar a toda turma, sem diferenciar aulas e conteúdos a específicos alunos - todos estão incluídos e abraçados pelo novo modelo escolar.

Para isso, é oportuno possibilitar aos docentes a participação em cursos que discutam estratégias educacionais visando à participação ativa de todos os alunos no processo educacional. Pertinente ressaltar que, não basta apenas fornecer conhecimentos no que se refere à Educação Especial, é preciso garantir que o conhecimento ofertado seja útil, significativo e que faça sentido aos professores de forma que se apropriem desses saberes, utilizando-os em suas práxis pedagógicas.

Mas, infelizmente, encontramos escolas que estão historicamente constituídas por pilares centenários impedindo que as mudanças pedagógicas ocorram paralelamente aos fatos sociais. De acordo com Nóvoa (1997, p. 28), “[...] a formação não se faz antes da mudança, faz-se durante, produz-se esforço de inovação e de procura dos melhores percursos para a transformação da escola”.

Diante desse contexto, percebe-se que um dos maiores desafios da escola é a efetivação da educação inclusiva. Esse processo demanda muita persistência e grande envolvimento para que se concretize verdadeiramente dentro do espaço escolar. Para tanto, torna-se imprescindível a quebra de barreiras atitudinais nas pessoas que se encontram frente ao processo pedagógico da escola, pois estas mudanças são essenciais e urgentes para regulação dos direitos legitimados em leis, decretos e resoluções.

# DEFICIÊNCIA

Deficiência é o impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.

É um fenômeno global, com impactos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Aproximadamente 46 milhões de brasileiros (24% da população) detectaram ter algum tipo de deficiência > FÍSICA, MENTAL OU INTELLECTUAL



## 2 PRINCIPAIS DISPOSITIVOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Clique na lei para acessar os documentos na íntegra.

ANO	LEGISLAÇÃO	RESUMO
1961	<a href="#"><u>Lei Nº 4.024</u></a> 	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) fundamentava o atendimento educacional às pessoas com deficiência quando diz que “A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade”. Atualmente, o termo “excepcionais” está em desacordo com os direitos fundamentais das “pessoas com deficiência” termo correto.
1971	<a href="#"><u>Lei Nº 5.692</u></a> 	A segunda lei de diretrizes e bases educacionais do Brasil foi feita na época da ditadura militar (1964- 1985) e substituiu a anterior. O texto afirma que os alunos com “deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial”. Essas normas deveriam estar de acordo com as regras fixadas pelos Conselhos de Educação. Ou seja, a lei não promovia a inclusão na rede regular, determinando a escola especial como destino certo para essas crianças.

<p><b>1988</b></p>	<p><b><u>Constituição Federal</u></b></p> 	<p>O artigo 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.</p>
<p><b>1989</b></p>	<p><b><u>Lei N° 7.853</u></b></p> 	<p>O texto dispõe sobre a integração social das pessoas com deficiência. Na área da Educação, por exemplo, obriga a inserção de escolas especiais, privadas e públicas, no sistema educacional e a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino. Também afirma que o poder público deve se responsabilizar pela “matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino”. Ou seja, excluía da lei uma grande parcela das crianças ao sugerir que elas não são capazes de se relacionar socialmente e, conseqüentemente, de aprender. O acesso a material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo também é garantido pelo texto.</p>
<p><b>1990</b></p>	<p><b><u>Lei N° 8.069</u></b></p> 	<p>Mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei N° 8.069 garante, entre outras coisas, o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição.</p>

<p><b>1994</b></p>	<p><b><u>Política Nacional de Educação Especial</u></b></p> 	<p>Em termos de inclusão escolar, o texto é considerado um atraso, pois propõe a chamada “integração instrucional”, um processo que permite que ingressem em classes regulares de ensino apenas as crianças com deficiência que “possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos “normais” (atualmente, este termo está em desacordo com os direitos fundamentais das pessoas com deficiência). Ou seja, a política excluía grande parte dos alunos com deficiência do sistema regular de ensino, “empurrando-os” para a Educação Especial.</p>
<p><b>1996</b></p>	<p><b><u>Lei N° 9.394</u></b></p> 	<p>A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em vigor tem um capítulo específico para a Educação Especial. Nele, afirma-se que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. Também afirma que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”. Além disso, o texto trata da formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.</p>

<p><b>1999</b></p>	<p><b><u>Decreto</u></b> <b><u>Nº 3.298</u></b></p> 	<p>O decreto regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção, além de dar outras providências. O objetivo principal é assegurar a plena integração da pessoa com deficiência no “contexto socioeconômico e cultural” do País. Sobre o acesso à Educação, o texto afirma que a Educação Especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino e a destaca como complemento do ensino regular.</p>
<p><b>2001</b></p>	<p><b><u>Lei Nº 10.172</u></b></p> 	<p>O Plano Nacional de Educação (PNE) anterior, criticado por ser muito extenso, tinha quase 30 metas e objetivos para as crianças e jovens com deficiência. Entre elas, firmava a Educação Especial, “como modalidade de Educação escolar”, sendo promovida em todos os diferentes níveis de ensino e que “a garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência” era uma medida importante.</p>
<p><b>2001</b></p>	<p><b><u>Resolução</u></b> <b><u>CNE/CEB Nº 2</u></b></p> 	<p>O texto do Conselho Nacional de Educação (CNE) institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Entre os principais pontos, afirma que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma Educação de qualidade para todos”. Porém, o documento coloca como possibilidade a substituição do ensino regular pelo atendimento especializado. Considera ainda que o atendimento escolar dos alunos com deficiência tem início na Educação Infantil, “assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado”.</p>

<p><b>2002</b></p>	<p><b><u>Resolução</u></b> <b><u>CNE/CP</u></b> <b><u>Nº1/2002</u></b></p> 	<p>A resolução dá “diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena”. Sobre a Educação Inclusiva, afirma que a formação deve incluir “conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais”.</p>
<p><b>2002</b></p>	<p><b><u>Lei Nº 10.436</u></b></p> 	<p>Conhecida como a Lei da Libras, reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda, garantindo o “atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva”. O termo “portador” não é mais aceito nos dias atuais.</p>
<p><b>2005</b></p>	<p><b><u>Decreto</u></b> <b><u>Nº 5.626</u></b></p> 	<p>Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 2002 e dá outras providências como a obrigatoriedade da Libras como disciplina nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia; o acesso da pessoa surda à educação; a formação dos professores, instrutores e intérpretes de Libras; apoio ao uso e difusão da Libras, dentre outras providências.</p>
<p><b>2006</b></p>	<p><b><u>Plano</u></b> <b><u>Nacional de</u></b> <b><u>Educação</u></b> <b><u>em Direitos</u></b> <b><u>Humanos</u></b></p> 	<p>Documento elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça, Unesco e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Entre as metas está a inclusão de temas relacionados às pessoas com deficiência nos currículos das escolas.</p>
<p><b>2007</b></p>	<p><b><u>Plano de</u></b> <b><u>Desenvolvimento</u></b> <b><u>da Educação</u></b> <b><u>(PDE)</u></b></p> 	<p>No âmbito da Educação Inclusiva, o PDE trabalha com a questão da infraestrutura das escolas, abordando a acessibilidade das edificações escolares, da formação docente e das salas de recursos multifuncionais.</p>

<p><b>2007</b></p>	<p><b><u>Decreto</u></b> <b><u>Nº 6.094</u></b></p> 	<p>O texto dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do MEC. Ao destacar o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, o documento reforça a inclusão deles no sistema público de ensino.</p>
<p><b>2008</b></p>	<p><b><u>Política Nacional</u></b> <b><u>de Educação</u></b> <b><u>Especial na</u></b> <b><u>Perspectiva</u></b> <b><u>da Educação</u></b> <b><u>Inclusiva</u></b></p> 	<p>Documento que traça o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil para embasar “políticas públicas promotoras de uma Educação de qualidade para todos os alunos”.</p>
<p><b>2008</b></p>	<p><b><u>Decreto</u></b> <b><u>Nº 6.571</u></b></p> 	<p>Dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica e o define como “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”. O decreto obriga a União a prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino no oferecimento da modalidade. Além disso, reforça que o AEE deve estar integrado ao projeto pedagógico da escola. O presente Decreto foi revogado, em 2011, como explica-se mais à frente.</p>
<p><b>2009</b></p>	<p><b><u>Resolução</u></b> <b><u>Nº 4 CNE/CEB</u></b></p> 	<p>O foco dessa resolução é orientar o estabelecimento do atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica, que deve ser realizado no contraturno e preferencialmente nas chamadas salas de recursos multifuncionais das escolas regulares. A resolução do CNE serve de orientação para os sistemas de ensino cumprirem o Decreto Nº 6.571.</p>

<p><b>2011</b></p>	<p><b><u>Decreto</u></b> <b><u>Nº 7.611</u></b></p> 	<p>Revoga o decreto Nº 6.571 de 2008 e estabelece novas diretrizes para o dever do Estado com a Educação das pessoas público-alvo da Educação Especial. Entre elas, determina que sistema educacional seja inclusivo em todos os níveis, que o aprendizado seja ao longo de toda a vida, e impede a exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência. Também determina que o Ensino Fundamental seja gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais, que sejam adotadas medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena, e diz que a oferta de Educação Especial deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino.</p>
<p><b>2012</b></p>	<p><b><u>Lei nº 12.764</u></b></p> 	<p>A lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Passa a considerar o TEA como uma deficiência, estabelece seus direitos à educação e sua inserção no mercado de trabalho, dentre outras providências.</p>
<p><b>2014</b></p>	<p><b><u>Plano</u></b> <b><u>Nacional de</u></b> <b><u>Educação</u></b> <b><u>(PNE)</u></b></p> 	<p>A meta que trata do tema no atual PNE, como explicado anteriormente, é a de número 4. Sua redação é: “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”. O entrave para a inclusão é a palavra “preferencialmente”, que, segundo especialistas, abre espaço para que as crianças com deficiência permaneçam matriculadas apenas em escolas especiais.</p>

<p><b>2015</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 13.146</u></b></p> 	<p>Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Amplia o conceito de “deficiência” para além do que já estava delimitado na LDB de 1996, passa a considerar as barreiras e os entraves e não apenas as limitações físicas, e delimita os papéis do “atendente pessoal”, “profissional de apoio escolar” e do “acompanhante”, dentro do ambiente escolar, como direito básico.</p>
<p><b>2020</b></p>	<p><b><u>Decreto Nº 10.502</u></b> <b><u>Política Nacional de Educação Especial</u></b></p> 	<p>Institui a chamada a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Para organizações da sociedade civil que trabalham pela inclusão das diversidades, a política representa um grande risco de retrocesso na inclusão de crianças e jovens com deficiência, e de que a presente iniciativa venha a substituir a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (listada nesse material, no ano de 2008), estimulando a matrícula em escolas especiais, em que os estudantes com deficiência ficam segregados.</p>
<p><b>2021</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 14.191</u></b></p> 	<p>Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Reconhece o bilinguismo como uma modalidade de educação escolar que deve ser ofertada em todos os níveis, propõe a criação de material didático bilíngue, específico e diferenciado, respeitando a cultura e a identidade surda.</p>
<p><b>2022</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 14.333</u></b></p> 	<p>Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a garantia de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à idade e às necessidades específicas de cada aluno. Segundo o documento, deve-se ofertar “mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados” e cumprir com “padrões mínimos de qualidade do ensino”.</p>

## 2.1 DOCUMENTOS INTERNACIONAIS

ANO	LEGISLAÇÃO	RESUMO
1990	<p><b><u>Declaração Mundial de Educação para Todos</u></b></p> 	<p>No documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), consta que as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem uma atenção especial. Entende que seja “preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à Educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo”. O texto ainda usava o termo “portador”, hoje não mais utilizado.</p>
1994	<p><b><u>DECLARAÇÃO DE SALAMANCA</u></b></p> 	<p>O documento é uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi concebido na Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca (Espanha). O texto trata de princípios, políticas e práticas das necessidades educativas especiais. E dá orientações para ações em níveis regionais, nacionais e internacionais sobre a estrutura de ação em Educação Especial. No que tange à escola, o documento aborda a administração, o recrutamento de educadores e o envolvimento comunitário, entre outros pontos.</p>

<p><b>1999</b></p>	<p><b><u>Convenção da Guatemala</u></b></p> 	<p>A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, mais conhecida como Convenção da Guatemala, resultou, no Brasil, no Decreto nº 3.956/2001. O texto brasileiro afirma que as pessoas com deficiência têm “os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano”. Novamente, o texto ainda utiliza a palavra “portador”, hoje não mais utilizado.</p>
<p><b>2009</b></p>	<p><b><u>Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência</u></b></p> 	<p>A convenção foi aprovada pela ONU e tem o Brasil como um de seus signatários. Ela afirma que os países são responsáveis por garantir um sistema de Educação Inclusiva em todas as etapas de ensino.</p>
<p><b>2015</b></p>	<p><b><u>Declaração de Incheon</u></b></p> 	<p>O Brasil participou do Fórum Mundial de Educação, em Incheon, na Coreia do Sul, e assinou a sua declaração final, se comprometendo com uma agenda conjunta por uma Educação de qualidade e inclusiva.</p>
<p><b>2015</b></p>	<p><b><u>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</u></b></p> 	<p>Originada da Declaração de Incheon, o documento da Unesco traz 17 objetivos que devem ser implementados até 2030. No 4º item, propõe como objetivo: assegurar a Educação Inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p>

## Sugestões de Vídeos

Clique no link para acessar os documentos na íntegra.

Educação escolar inclusiva: avanços e desafios  
(UNILA)

<https://www.youtube.com/watch?v=XSyzEDxqV0&ab>



Educação Brasileira 149 - Maria Teresa Mantoan e  
Elizabeth Renders (UNIVESP)

[https://www.youtube.com/watch?v=\\_xy4-KZ4BVc](https://www.youtube.com/watch?v=_xy4-KZ4BVc)



### Importante!!!

É necessário que se conheça a história da educação especial e seus documentos legais para que entenda o momento presente.

## 3 CONCEITOS E DISTINÇÕES RELEVANTES

### 3.1 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Toda pessoa tem o direito de acesso à educação.

O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular.

Toda pessoa aprende.

O convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos.

A educação inclusiva diz respeito a todos.



### 3.2 DIFERENÇA ENTRE INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO

**INTEGRAÇÃO** - Trata-se de um processo que visa a integrar o educando à escola, gerando meios para que o aluno com necessidades especiais se integre ao atendimento que lhe é oferecido; nesse modelo, ao invés de a escola ter que se adequar ao aluno, o aluno é que deve se adequar-se à escola.



**INCLUSÃO** - O princípio da inclusão aponta para uma pedagogia equilibrada, entendendo que existem diferenças humanas e que a aprendizagem deve ajustar-se às necessidades de cada aluno, e não os alunos adaptar-se ao ritmo imposto pelo processo educativo.



### 3.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

#### ***O que é Educação Inclusiva?***

Na escola inclusiva o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças com deficiência ou dificuldades de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal.

## O que é Educação Especial?

A Educação Especial é uma modalidade do ensino regular onde são desenvolvidas as habilidades de pessoas com deficiência, que tenham condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino.

## Qual é a diferença entre Educação Especial e Inclusiva?

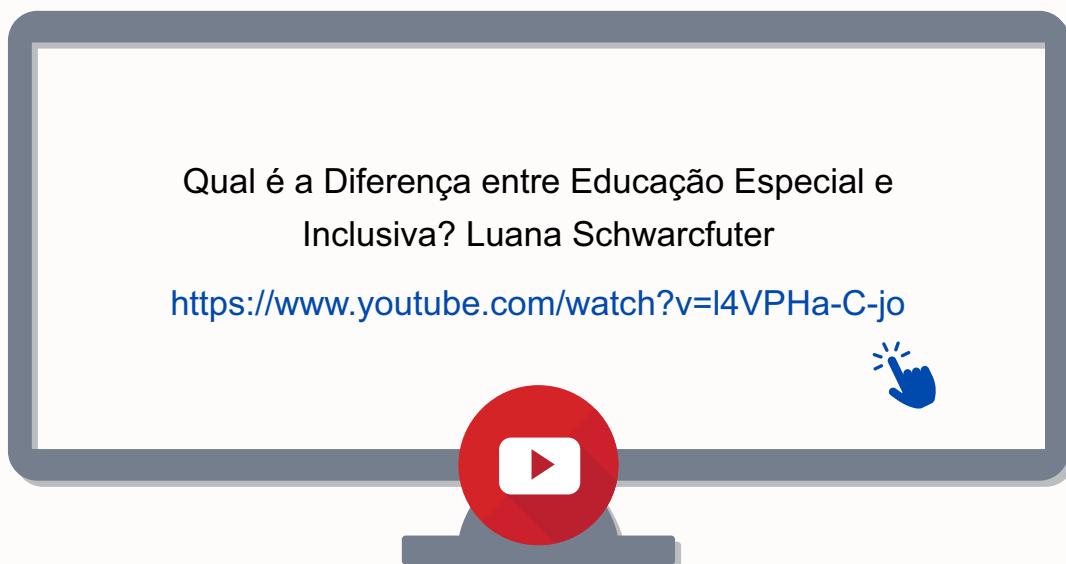
Na educação especial, o ensino é totalmente voltado para alunos com deficiência. Já na educação inclusiva, todos os alunos com e sem deficiência têm a oportunidade de conviverem e aprenderem juntos.

Segundo Constituição Federal (CF), (BRASIL, 1988) a participação desses estudantes com deficiência deve ocorrer preferencialmente no ensino regular. Melo e Queiroz (2019) acredita que a escola inclusiva é aquela que está aberta para todas as crianças e adolescentes, incluindo as que tenham alguma deficiência. Logo, a Educação Inclusiva é uma metodologia pedagógica que relaciona noções da educação regular com a educação especial.



## Sugestão de Vídeo

[Clique no link para acessar os documentos na íntegra.](#)



### Importante!!!

A diversidade, em si, não caracteriza uma Educação Inclusiva. Uma escola pode ser um espaço diverso, que acolhe crianças com diferentes vivências e realidades, mas ela só será inclusiva se desenvolver um senso de pertencimento e de participação entre os seus alunos.

### 3.4 OS TRÊS MAIORES DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**1º) Fortalecer o treinamento dos professores:** para que possam entender a inclusão, os direitos do aluno e os deveres da escola e do Estado. Todos precisam entender porque a diversidade é importante e que é possível incluir.

**2º) Criar uma rede de apoio:** entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais especializados (fisioterapeutas, psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, médicos etc). Todos devem estar envolvidos no processo para proporcionar ao aluno a melhor experiência que ele possa ter.

**3º) Reestruturação:** eliminação das barreiras de infraestrutura e barreiras no currículo (pedagógicas), como propostas disciplinares diversificadas, flexíveis e abertas.



### Sugestão de Vídeo

**Clique no link para acessar os documentos na íntegra.**

Desafios da Educação: Ep. 1 - Educação  
Inclusiva - Scio Education

<https://www.youtube.com/watch?v=HEegK3TWx1U>



### Importante!!!

A Educação Inclusiva no Brasil está em fase de implementação. Portanto, uma palavra-chave que a descreve é “EQUIDADE” quando as pessoas são tratadas de acordo com as suas necessidades.

### 3.5 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Projetos voltados para a educação inclusiva se tornam consistentes e sustentáveis com ações contínuas relacionadas a cada uma das dimensões.

#### ***Políticas Públicas***

Refere-se a todos os aspectos de criação e gestão de políticas públicas que se relacionam com a educação inclusiva. É o conjunto de leis, diretrizes e decisões judiciais que buscam concretizar o direito à educação inclusiva.



#### ***Gestão Escolar***

Refere-se às diversas etapas de planejamento e desenvolvimento das atividades de uma instituição de ensino. Abrange a construção dos projetos político-pedagógicos, a elaboração dos planos de ação, a gestão dos processos internos da instituição e de suas relações com a comunidade.

#### ***Estratégias Pedagógicas***

Refere-se às diversas etapas de planejamento e desenvolvimento das práticas voltadas ao ensino e à aprendizagem. Abrange as atividades do ensino regular, as ações destinadas ao atendimento educacional especializado e o processo de avaliação de todos os estudantes.



### ***Famílias***

Refere-se às relações estabelecidas entre a escola e as famílias dos estudantes. Abrange o envolvimento da família com o planejamento e o desenvolvimento das atividades escolares e contempla tanto as relações que favorecem a educação inclusiva, como as situações de conflito e resistência.



### ***Parcerias***

Refere-se às relações estabelecidas entre a escola e os atores externos à instituição que atuam para dar apoio aos processos de educação inclusiva. Tais atores podem ser pessoas físicas ou jurídicas e abrangem as áreas da educação especial, da saúde, da educação não formal, da assistência social e outros.



## Sugestões de Vídeos

Clique no link para acessar os documentos na íntegra.

O caso da Escola Donícia Maria da Costa - Instituto  
Rodrigo Mendes

<https://www.youtube.com/watch?v=UU0r5IZTXiE> 

DIVERSA - Educação inclusiva na prática - Instituto  
Rodrigo Mendes

<https://www.youtube.com/watch?v=Lft8ofl1n0w> 



### Importante!!

Não há possibilidade da promoção da inclusão por apenas uma dessas dimensões. A inclusão só ocorre se houver um trabalho conjunto entre esses setores.

### 3.6 DIFICULDADE OU TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM

#### TRANSTORNO

Embora os fatores externos também participem da defasagem, as causas moram no aspecto biológico por ser um transtorno do neurodesenvolvimento.

Defasagens específicas e pontuais

Disfunção neurológica de assimilação de conteúdos referentes a escrita, leitura e capacidades matemáticas.

Disfunção neurológica de assimilação de conteúdos referentes a escrita, leitura e capacidades matemáticas.

Acompanhamento pedagógico e psicológico necessário.

Mudança na abordagem dos conteúdos e métodos de avaliação são imprescindíveis.

#### DIFICULDADE

As causas partem mais de fatores externos, como metodologia de ensino inapropriada, conflitos familiares, mudanças frequentes de escola, diferenças socioeconômicas e/ou culturais.

Defasagens abrangentes referentes ao processo de aprendizagem.

Dificuldade em assimilar e acompanhar os conteúdos.

Dificuldade em assimilar e acompanhar os conteúdos.

Acompanhamento pedagógico e psicológico recomendável, justamente para que o diagnóstico não seja confundido com um transtorno.

Os obstáculos que geram a dificuldade podem ser resolvidos com a mudança de metodologia, horário de aula, colegas, ou qualquer que seja a causa.

*O que é dificuldade de aprendizagem?*



Dificuldade de aprendizagem é uma desordem mental que atrapalha o ritmo com que um estudante aprende. Ela pode acontecer por vários motivos: a metodologia de ensino, ambiente escolar, por problemas pessoais e familiares.

O termo dificuldade de aprendizagem é usado para pessoas que precisam de uma metodologia diferenciada para se desenvolver. Uma vez que os métodos tradicionais acabam sendo muito complexos, porém, isso não quer dizer que elas não conseguem aprender.

A dificuldade de aprendizagem ou transtorno de aprendizagem pode ser detectada a partir do quinto ano de vida da pessoa. Em alguns casos é necessário acompanhamento de um profissional. Normalmente, o estudante apresenta sintomas relacionados a problemas de atenção, ansiedade ou até mesmo inquietação. Esses problemas podem acabar sendo desenvolvidos por causa de conflitos pessoais, familiares ou por motivos físicos.

*Quais são os sinais da dificuldade de aprendizagem?*



Hoje, já existem tratamentos que diminuem o grau do transtorno de aprendizagem. E para identificar é necessário que o aluno faça um teste para medir sua capacidade cognitiva conforme o seu grau escolar. As dificuldades também podem ser pontuais ou específicas. E são caracterizadas por disfunção neurológica que está geralmente relacionada a uma determinada função cerebral que pode ter sido prejudicada.

*Como diagnosticar se a criança tem dificuldade de aprendizagem?*



O diagnóstico é um passo indispensável, já que antes de qualquer tratamento para dificuldade de aprendizagem, que use medicamentos, é essencial ter certeza de qual o tipo de transtorno, a fim de evitar que crianças passem a usar medicamentos que não se encaixem no seu caso, por serem avaliadas de forma superficial.

*Quais os sintomas de transtorno de aprendizagem?*



Em idade pré-escolar podem:

- Apresentar problemas e demora com a fala;
- Ter problema para aprender cores, formas, letras e números;
- Não conseguir rimar palavras;
- Possuir problemas com coordenação motora;
- Não conseguir se manter focado, com atenção por muito tempo.



Em idade escolar podem ter dificuldades em:

- Seguir instruções;
- Ser organizado em casa;
- Entender e assimilar orientações verbais;
- Aprender ensinamentos e lembrar das informações;
- Ler, soletrar e falar palavras;
- Escrever claramente (ou talvez com uma letra não tão compreensível);
- Fazer cálculos matemáticos;
- Terminar as lições de casa.



## Sugestões de Vídeos

Clique no link para acessar os documentos na íntegra.

Dicas para saber a diferença entre dificuldades e transtorno de aprendizagem - Desenvolvimento

Saudável

[https://www.youtube.com/watch?v=Ej78fb\\_DTGY](https://www.youtube.com/watch?v=Ej78fb_DTGY)

Webpalestra - Dificuldades de aprendizagem e o transtorno específico de aprendizagem -

Telessaude SC

<https://www.youtube.com/watch?v=sOcrCJ1RTGg>



### Importante!!!

Conhecer o diagnóstico auxilia o professor para trabalhar de forma adequada em favor do processo de ensino-aprendizagem.



O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade é um dos distúrbios mais conhecidos. Ele é uma disfunção crônica que gera ansiedade, dificuldade de aprendizagem, inquietação, falta de concentração e até mesmo impulsividade, dentre outros sintomas. Por isso, hoje em dia os casos mais comuns são detectados ainda na primeira infância, já que existem casos em que a pessoa já nasce com TDAH. Mas em outros casos, a criança pode passar a apresentar alguns sintomas após algum momento de estresse.

### **TDAH**



### **Dislalia**



Para as pessoas que possuem dislalia, existe uma dificuldade de aprendizagem que se torna evidente na hora da fala. Podem apresentar dificuldade na hora da pronúncia das palavras com trocas de fonemas e sons errados, tornando a fala confusa. Na escola é bastante perceptível na hora da leitura em voz alta. Geralmente, a dislalia aparece em pessoas que já possuem problemas no palato, flacidez na língua ou lábio leporino ocasionando dificuldade de aprendizagem. Por isso, é muito importante o acompanhamento médico de um fonoaudiólogo.

No caso da disortografia, a dificuldade de aprendizagem se torna evidente com a escrita e também pode aparecer com a dislexia. Esse distúrbio tem como principais características as trocas de grafemas, desmotivação para escrever, aglutinação ou separação errônea das palavras, etc.

### **Disortografia**



## Sugestão de Vídeo

Clique no link para acessar os documentos na íntegra.

Como detectar cedo o Transtorno de Aprendizagem? -  
NeuroSaber

[https://www.youtube.com/watch?v=B\\_zTfIU MihM](https://www.youtube.com/watch?v=B_zTfIU MihM)



### Importante!!!

Independentemente do distúrbio que está dificultando a aprendizagem é indispensável o diagnóstico feito por um médico ou profissionais capacitados.

### 3.6.2 Principais Livros sobre Dificuldade de Aprendizagem

Clique no título para acessar os documentos na íntegra.

TÍTULO	SOBRE O LIVRO
<a href="#"><u>Dificuldades específicas de aprendizagem</u></a> 	“Dificuldades específicas de aprendizagem” tem como objetivo oferecer aos professores, informações diretas, acessíveis e práticas para reconhecer e entender quais são os sintomas relacionados às dificuldades de aprendizagem mais comuns como, por exemplo: dislexia, discalculia, disgrafia, dispraxia, TDAH, ASD, TOC.
<a href="#"><u>Dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita</u></a> 	O livro “Dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita” é estruturado visando atender, especificamente, aos alunos com características médias ou acentuadas de aprendizagem na leitura e na escrita.
<a href="#"><u>Dificuldades e distúrbios de aprendizagem</u></a> 	“Dificuldades e distúrbios de aprendizagem” estão presentes em todo contexto escolar – o que significa que faz parte do trabalho do educador saber como vencer esses desafios, e, assim, proporcionar a todos (incluindo a ele mesmo) um ambiente de aprendizagem saudável e fértil.

## Importante!!!

As pessoas que possuem dificuldade de aprendizagem, podem SIM aprender e se tornarem profissionais de sucesso.

## 4 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)



De acordo com o Decreto nº. 7.611/2011, considera-se AEE, o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos estudantes com deficiência no ensino regular.

Estas atividades são oferecidas nas Salas de Recursos Multifuncionais/Salas de Atendimento Educacional Especializado dotadas de equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do AEE.

Este atendimento é oferecido nas Escolas Especiais de Educação Básica (Centros de Atendimento Educacional Especializado – CAEEs) e nas Unidades Educacionais da rede estadual no contra turno.

Os estudantes que formam o público da Educação Especial serão atendidos na sala de AEE, onde o professor de AEE deverá realizar agrupamentos por especificidades, podendo atender individualmente e/ou em grupos.

A sala de AEE deverá ser institucionalizada pelo Projeto Político Pedagógico das Unidades Educacionais, conforme estabelece a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência – LBI Nº 13.146/2015, objetivando o atendimento aos educandos no contra turno da formação acadêmica e formação aos profissionais de educação; em nenhuma hipótese este ambiente poderá ser utilizado para reforço escolar aos educandos.

## 4.1 DO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL



De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96, são considerados estudantes público da educação especial, aqueles com necessidades especiais decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente, isto é, aqueles que apresentarem:

### ***Deficiência Física***

Consiste na alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.



### ***Deficiência Auditiva***

Consiste na perda bilateral, parcial ou total, de 41 (quarenta e um) decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.



### **Surdez**

Consiste na perda auditiva acima de 71 (setenta e um) decibéis (dB), aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

### **Deficiência Visual**

Consiste na perda total ou parcial de visão, congênita ou adquirida, variando o nível ou a acuidade visual da seguinte forma: Cegueira: acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; ausência total de visão até a perda de percepção luminosa. Baixa visão: acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo de visão em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

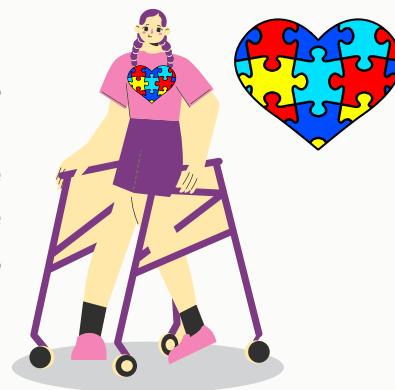


### **Deficiência Intelectual**

Caracteriza-se por alterações significativas, tanto no desenvolvimento intelectual como na conduta adaptativa, na forma expressa em habilidades práticas, sociais e conceituais.

## **Deficiência Múltipla**

O termo “deficiência múltipla” tem sido utilizado com frequência, para caracterizar o conjunto de duas ou mais deficiências associadas, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social. No entanto, não é o somatório dessas alterações que caracterizam a múltipla deficiência, mas sim o nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais, de comunicação, interação social e de aprendizagem que determinam as necessidades educacionais dessas pessoas.



## **Surdocegueira**

É uma condição com características próprias que deve ser considerada como deficiência única. Ser surdo cego não significa, precisamente, não possuir os dois sentidos, pois não é sempre que ocorre a surdez total com a cegueira total. Também chamada de "perda sensorial dupla" ou "comprometimento multissensorial" é o conjunto simultâneo de perda ou comprometimento auditivo e visual. Isso afeta significativamente a comunicação, a socialização, a mobilidade e a vida diária dos indivíduos com essa condição.



A surdocegueira, sob contexto educacional, é classificada como:

- 1) Surdocegueira congênita:** é a condição daquele indivíduo que nasce surdocego ou adquire a surdocegueira em tenra idade, antes da aquisição de uma língua.
- 2) Surdocegueira adquirida:** é a condição daquela pessoa que ficou surdocega após a aquisição de uma língua, seja esta oral ou sinalizada.

## ***Transtornos Globais de Desenvolvimento - TGD***

Alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restritas, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo estudantes com Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância, Síndrome de Kanner, Psicose infantil, dentre outros.



## ***Transtorno do Espectro Autista (TEA)***

Trata-se de um transtorno que impacta diretamente na aprendizagem, sendo necessário recorrer a estratégias de ensino aprendizagem diferenciadas, conforme, nível de apoio do indivíduo que possui tal transtorno.

Conforme o DSM-V (2014), o diagnóstico do TEA é caracterizado por dois eixos norteadores:

- 1) Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos;***
- 2) Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.***



## ***Altas Habilidades/Superdotação***

Caracteriza-se pela elevada potencialidade de aptidões, talentos e habilidades, evidenciada no alto desempenho nas diversas áreas de atividade do educando e/ou a ser evidenciada no desenvolvimento da criança. Contudo, é preciso que haja constância de tais aptidões ao longo do tempo, além de expressivo nível de desempenho na área de superdotação.

## 4.2 SERVIÇOS DE APOIO ESPECIALIZADO

Os serviços de apoio especializado são ofertados com o objetivo de atender as especificidades e características dos estudantes público da Educação Especial, bem como, “garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia” (Lei nº 13.146/2015).

### ***São considerados serviços especializados***

O Atendimento Educacional Especializado - AEE, as adaptações/adequações curriculares, os métodos e técnicas, Tecnologias Assistivas, os recursos educativos, o(a) Professor (a) de Atendimento Educacional Especializado, o(a) Intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais), o(a) Guia Intérprete, o(a) Instrutor(a) de Braille, o(a) Profissional de Apoio Pedagógico, o(a) Profissional de Apoio Escolar – Higienizador.

## Sugestão de Vídeo

**Para acessar os documentos na íntegra, clique no link \***

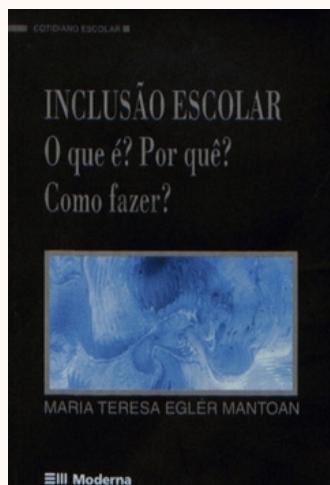
Acolhimento de alunos com deficiência deve ser  
pensado caso a caso, avalia especialista -  
Instituto Claro

<https://www.youtube.com/watch?v=uyZE7sXZ4LU>



## Sugestões de Livros

Clique no link para acessar os documentos na íntegra.



MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Editora Moderna, 2006.

<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>



SEDUC/GO. Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás 2020-2022. Goiânia-GO, 2020.

<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>



### Importante!!!

Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças.

## 5 DICAS DE BOA CONVIVÊNCIA COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Conviver com uma pessoa com algum tipo de deficiência é um aprendizado. Aprendemos que todas as pessoas têm limitação. É importante conhecermos algumas dicas que facilitam a nossa convivência diante de pessoas com deficiência, por exemplo, como subir uma rampa, atravessar a rua, enfim, situações do cotidiano que precisam ser conhecidas e reconhecidas pela sociedade para que elas sejam incluídas neste meio social e tenham uma melhor qualidade de vida.

### 5.1 TERMINOLOGIA ADEQUADA

O respeito à pessoa com deficiência começa pelo uso das palavras adequadas ao nomeá-la. Vejamos qual a maneira correta de nos referirmos a elas:

#### PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Não use "especial" ou "portador")

#### PESSOA SEM DEFICIÊNCIA

(Não use a expressão "normal")

C  
A  
T  
E  
G  
O  
R  
I  
A  
S

AUDITIVA - Surdez e Baixa Audição

VISUAL - Cegueira e Baixa Visão

FÍSICA INTELLECTUAL

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

MÚLTIPLA DEFICIÊNCIA



## **PORTADOR (A)???**

Devemos ficar atentos à evolução histórica dos termos: Termos como: “portador de deficiência”, “pessoa portadora de deficiência”, ou “portador de necessidades especiais” não são mais utilizados. A condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa. A pessoa não porta uma deficiência, ela “tem uma deficiência”.

Tanto o verbo “portar” como o substantivo ou adjetivo “portadora” não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa. Ou seja, a pessoa só porta algo que ela pode deixar de portar. Por exemplo, não dizemos que uma pessoa “é portadora de olhos verdes”, dizemos que ela “tem olhos verdes”.

## **PESSOA COM DEFICIÊNCIA!!!**

Há uma associação negativa com a palavra “deficiente”, pois denota incapacidade ou inadequação à sociedade.

Todas as pessoas constroem sua identidade a partir dos muitos papéis que desempenham socialmente (homens, mulheres, trabalhadores, estudantes, religiosos, etc) e também de algumas características pessoais (loiros ou morenos, magros ou gordos, usar óculos ou não).

Ter deficiência é apenas uma de suas características. Assim, a pessoa não é deficiente, ela “TEM uma deficiência”.

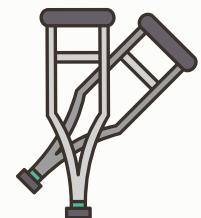
## 5.2 COMO SE COMPORTAR DIANTE DE UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

### ***Que usa Cadeira de Rodas***



- Nunca se apoie na cadeira de rodas. Ela é como extensão do corpo da pessoa;
- Se quiser oferecer ajuda, pergunte antes, e de forma alguma insista;
- Ajuda aceita, deixe que a pessoa diga como proceder;
- Se a conversa for demorar, sente-se ficando sempre no mesmo nível do olhar do usuário da cadeira de rodas;
- Nunca estacione seu automóvel em frente a rampas ou em locais reservados às pessoas com deficiência. Esses lugares existem por necessidade e não por conveniência;
- Não tema em falar as palavras “correr” ou “caminhar”. As pessoas com deficiência também usam;
- Para evitar que a pessoa perca o equilíbrio e caia para frente, use sempre a “marcha ré” para descer rampas e degraus.

### ***Que usa Muletas***



- Não tenha pressa, acompanhe o ritmo da marcha de seu usuário;
- As muletas devem ficar sempre ao alcance das mãos;
- Antes de ajudar, pergunte à pessoa se ela quer realmente a ajuda.

### ***Usuária de Cão-guia***

- O cão-guia nunca deve ser distraído de seu dever. Evite brincar com ele, pois a segurança de uma pessoa cega pode depender do alerta e da concentração do animal;
- Para que uma pessoa cega circule com mais autonomia e segurança, deve existir piso tátil, sinaleira sonora, elevador com aviso sonoro e placas em braile;
- Também são formas de promover o acesso à comunicação a audiodescrição, material em braile, audiolivro, lupas, softwares com leitores de tela, material com texto ampliado para baixa visão;
- Não se sinta constrangido em solicitar material acessível para a pessoa com deficiência visual – é um direito legal que ela tem.



## ***Paralisia Cerebral***

- Reconheça que a pessoa com paralisia cerebral é inteligente e sensível, ela reconhece que é diferente dos outros;
- Siga o ritmo dela para ajudar, se não compreender o que a pessoa disser, peça que repita;
- A paralisia cerebral causa gestos faciais involuntários, o andar é com dificuldade e em alguns casos as pessoas não andam;
- Não confundir com deficiência intelectual. A paralisia cerebral afeta somente o aparelho motor, responsável pelo controle dos movimentos do corpo;
- Não se deixe impressionar pelo seu aspecto, aja de forma natural.



## ***Deficiência Visual***

Ao se aproximar de uma pessoa cega, cumprimente-a tocando levemente nas mãos. Durante a conversa, não é necessário falar mais alto, a menos que ela o solicite. Utilize com naturalidade termos como "cego", "ver" e "olhar", os cegos também os utilizam.

Embora a categoria se chame deficiência visual, o termo "deficiência visual" é, na prática, utilizado como tipo de deficiência, nos seguintes exemplos: As pessoas com total perda da visão gostam de ser chamadas de "cegas" ou "pessoas cegas". Por outro lado, as pessoas que têm baixa visão preferem ser chamadas de "pessoas com deficiência visual" "ou pessoas com baixa visão".

Se notar que a pessoa precisa de ajuda, prontifique-se. Peça explicações à pessoa cega de como ela quer ser ajudada;

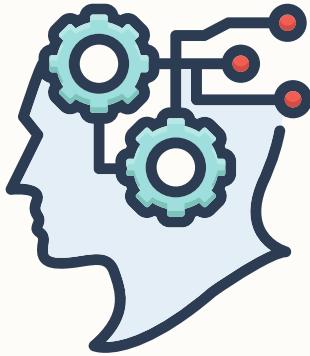
Nunca a agarre pelo braço. Para guiar uma pessoa cega ofereça seu antebraço para que ela segure. Oriente-a para obstáculos como meio fio, degraus, buracos e outros;

Evite deixar o cego falando sozinho. Ao sair de um ambiente, avise-o;

Para explicar direções seja o mais claro possível. Informe sobre obstáculos pela frente e indique as distâncias em metros;

- Se no restaurante, não houver cardápio em braile, é conveniente que você o leia e informe os preços;
- Ao guiar um cego para uma cadeira, direcione suas mãos por trás do encosto, informe ainda se a cadeira tem braços ou não;
- Se estiver em um local onde por alguma razão estiver sendo transmitida falas por microfone, informe sempre a direção onde está a pessoa que está falando, caso contrário a pessoa cega ficará voltada para as caixas de som;
- Quando for fazer alguma apresentação utilizando microfone, fale sempre algumas palavras fora do microfone para que a pessoa cega saiba onde você está;
- Ao passar por portas ou corredores estreitos, posicione seu braço para trás, de modo que a pessoa cega possa segui-lo;
- Informe sobre obstáculos existentes tanto no chão, como degraus e desníveis, quanto no alto, onde a pessoa possa bater a cabeça;
- Nunca mude a disposição do mobiliário, seja em casa, na escola ou no trabalho sem avisar a pessoa cega – uma cadeira fora do lugar pode causar sérios acidentes.





### ***Deficiência Intelectual***

A pessoa com deficiência intelectual necessita de orientações claras, em linguagem simples e direta.

- Cumprimente-a normalmente. Geralmente a pessoa com deficiência intelectual é carinhosa, disposta e comunicativa;
- Dê-lhe atenção. Expresse alegria em encontrá-la e mantenha a conversa até onde for possível;
- Evite a superproteção. Ajude somente quando for necessário;
- Trate as pessoas com deficiência intelectual de acordo com sua idade.
- Não subestime sua inteligência. Ela tem um tempo diferenciado de aprendizagem, mas pode adquirir muitas habilidades e conhecimentos e compreende normalmente a sua realidade.



### ***Deficiência Auditiva***

Redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons em diferentes graus de intensidade. Esta categoria abrange os seguintes tipos: baixa audição em diversos níveis e surdez. O surdo é aquele que, além da perda auditiva, possui uma identidade, uma cultura e uma língua própria: a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

- A pessoa com deficiência auditiva apresenta redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons em diferentes graus de intensidade, podendo ser uma perda auditiva leve, moderada, severa ou profunda. Comunica-se oralmente em português e faz leitura labial e/ou utiliza aparelho auditivo.
- Fale claramente em velocidade normal, de frente para a pessoa surda, tomando cuidado para que ele enxergue a sua boca;
- Não grite, fale com um tom de voz normal, a não ser que lhe peçam para aumentar a voz;
- Seja expressivo (com expressão facial e/ou corporal). As pessoas surdas não podem ouvir as mudanças sutis do tom da sua voz indicando sarcasmo ou seriedade;
- Se um surdo estiver acompanhado de um intérprete, fale diretamente à pessoa surda e não ao intérprete;
- Ao conversar com uma pessoa surda, mantenha contato visual; se você dispersar seu olhar, a pessoa pensará que a conversa acabou;
- Se você quiser falar com a pessoa surda, chame sua atenção, sinalizando ou tocando-lhe em seu braço;
- Se você não entender o que uma pessoa surda está falando, peça que repita. Se mesmo assim não conseguir entender, peça que escreva.
- Ao planejar um evento procure utilizar recursos de acessibilidade (intérprete ou legendas), utilize os avisos visuais.

**Observação:** Nem toda pessoa surda lê ou escreve com facilidade. A língua brasileira de sinais-LIBRAS tem uma estrutura completamente diversa da língua portuguesa. É uma língua, não uma linguagem. Portanto, muitas vezes as legendas num filme ou informações por escrito não substituem um intérprete de língua de sinais.

## ***Transtorno do Espectro do Autismo-TEA***

- O Transtorno do Espectro do Autismo-TEA foi reconhecido como uma das áreas da deficiência pela Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012. É considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela com síndrome clínica caracterizada conforme segue:
- Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
- Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.
- Em um primeiro momento, siga as seguintes sugestões antes de adotar condutas mais específicas em relação a cada pessoa com deficiência psicossocial. Condutas gerais:
- Converse com ela respeitosamente, sabendo que ambos desejam ser respeitados como seres humanos;
- Comporte-se de igual para igual, ou seja, considerando que vocês dois possuem a mesma dignidade;
- Ofereça ajuda sempre que notar que a pessoa parece necessitá-la. Se ela aceitar a ajuda, deixe que ela lhe diga como quer ser ajudada;
- Caso você tenha dificuldade ou fique inseguro(a) na comunicação, converse com a pessoa que a esteja acompanhando pedindo orientação.

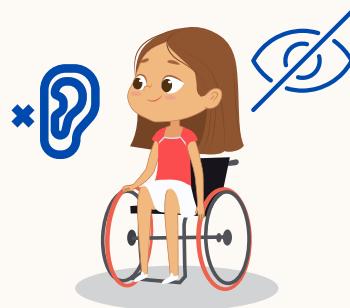


### **Condutas específicas**

A convivência na vida familiar e no seio da comunidade, assim como em ambientes de trabalho, Educação, cultura e outros, é que nos ensinará sobre como devemos agir em cada uma das situações de vida diária.

### **Deficiência Múltipla**

A deficiência múltipla consiste na existência simultânea, na mesma pessoa, de duas ou mais das categorias acima descritas. É difícil definirmos formas práticas de como devemos nos relacionar com pessoas que tenham deficiência múltipla. Assim, sugerimos que se observe a pessoa com deficiência múltipla ou pergunte a quem a acompanha. O relacionamento se estabelece de acordo com as orientações já elencadas nas seções anteriores. Cabe, nestes casos, a observância das seguintes condutas gerais num primeiro momento, antes das condutas mais específicas em relação a cada pessoa com deficiência múltipla:



- ❖ Converse com ela respeitosamente, sabendo que ambos desejam ser respeitados como seres humanos. Comporte-se de igual para igual, considerando que vocês dois possuem a mesma dignidade.
- ❖ Ofereça ajuda sempre que notar que a pessoa parece necessitá-la. Pergunte antes de ajudar e jamais insista em ajudar. Se ela aceitar a ajuda, deixe que ela lhe diga como quer ser ajudada.

## Sugestões de Vídeos

Clique no link para acessar os documentos na íntegra.

Dicas de convivência com a pessoa com deficiência -  
Carrefour Brasil

<https://www.youtube.com/watch?v=LLL9wfbzBKM&t=63s>

PCD: Dicas de Convivência - Plenarinho O jeito  
criança de ser cidadão

<https://www.youtube.com/watch?v=3lhWOU3leEE>



## Sugestão de Livro

Dicas de Relacionamento/Convivência com  
Pessoas com Deficiência - Ministério Público  
do Estado de São Paulo

<http://www.bengalalegal.com/lidar>

### Importante!!!

Numa sociedade que não enxerga as potencialidades das pessoas com deficiência, o trabalho começa do ZERO todos os dias.

## 6 MITOS E VERDADES

### MITOS

Todas as pessoas com deficiência intelectual são sociáveis e sorridentes.

Pessoas com Deficiência intelectual só estão bem com os seus iguais.

As pessoas com deficiência intelectual são doentes.

Todas as pessoas com deficiência já nasceram deficientes.

Toda pessoa com paralisia cerebral possui um atraso no desenvolvimento cognitivo.

Todo surdo é mudo?

### VERDADES

As pessoas com deficiência intelectual, assim como as demais pessoas, têm sua personalidade própria, que independe de sua deficiência.

O relacionamento com pessoas sem deficiência pode ajudar no desenvolvimento delas. Portanto, essa interação é essencial.

A deficiência intelectual pode ser consequência de uma doença, mas ela não é uma doença; é uma "condição".

As causas das deficiências são diversas. Existem casos, em que as pessoas já nascem com alguma deficiência. Há outros em que a deficiência é motivada por alterações físicas e biológicas que podem surgir ao longo dos anos. Tem ainda as deficiências decorrentes de doenças ou ocasionadas por

As pessoas com paralisia cerebral muitas vezes possuem dificuldades de comunicação que são interpretadas erroneamente como atraso cognitivo.

A maioria das pessoas surdas não é muda. Com o auxílio de fonoaudiólogo, muitas vezes eles conseguem desenvolver a linguagem oral. Existem os surdos mais oralizados, que muitas vezes preferem se comunicar por meio da fala e da leitura orofacial (leitura dos lábios e dos músculos da face).

Todas as pessoas que tem deficiência visual tem perda total de visão.

Há muitos tipos de deficiência visual. Algumas pessoas veem apenas o que está diretamente na sua frente e nada do que está ao lado, o que chamamos de visão tubular; outras enxergam os objetos como quebra-cabeças em que faltasse uma ou duas peças. Ainda há pessoas que têm baixa visão, enxergam muito pouco, mas são capazes de utilizar a visão para o planejamento e execução de uma tarefa. E têm aquelas pessoas que não enxergam absolutamente nada. A gravidade da deficiência visual depende da parte do olho que estiver danificada.

Toda pessoa com deficiência visual tem habilidades para música.

As habilidades para a música e outros tipos de arte dependem exclusivamente do interesse, empenho e oportunidade pessoal e não estão necessariamente ligadas ao tipo de deficiência.

Braile é a língua utilizada pelas pessoas que possuem deficiência auditiva.

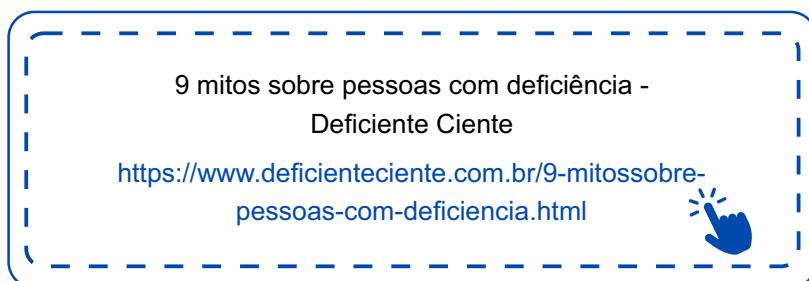
O método Braile de escrita e leitura é voltado aos deficientes visuais. O sistema Braile é um conjunto de pequenos pontos – sinais em alto relevo – através dos quais os deficientes visuais passam os dedos e conseguem identificar a letra

## Sugestão de Vídeo

Clique no link para acessar os documentos na íntegra.



## Leitura Complementar

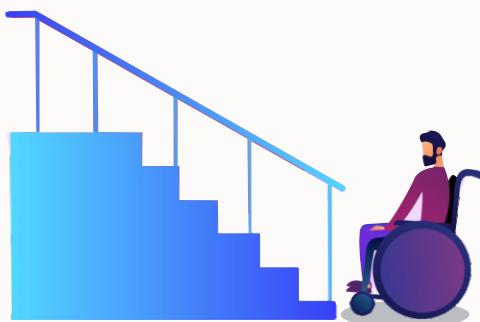


### Importante!!!

Quanto mais se conhece sobre as especificidades das pessoas com deficiência menor a chance de agirmos baseados em mitos.

## 7 ACESSIBILIDADE

A acessibilidade pode ser entendida como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” (ABNT, 2004). E conceitua que, para ser acessível, o espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento deve permitir o alcance, acionamento, uso e vivência por qualquer pessoa, inclusive por aquelas com mobilidade reduzida.



### 7.1 BARREIRAS QUE IMPEDEM A ACESSIBILIDADE

A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) considera como “pessoa com deficiência” aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Apresentam-se tais barreiras como:

#### ***Barreiras Físicas ou Arquitetônicas***

É todo tipo de obstáculo que impede as pessoas de desfrutarem e ocuparem o espaço físico. Geralmente as barreiras arquitetônicas impedem que um cadeirante tenha acesso ao piso superior do estabelecimento. Outras formas de barreiras são as calçadas com degraus (dificultando a circulação de pedestres), portas estreitas, rampas com inclinação exagerada, banheiros não acessíveis, mobiliário inadequado, falta de piso tátil, falta de rota acessível, inexistência de vagas de estacionamento preferenciais.



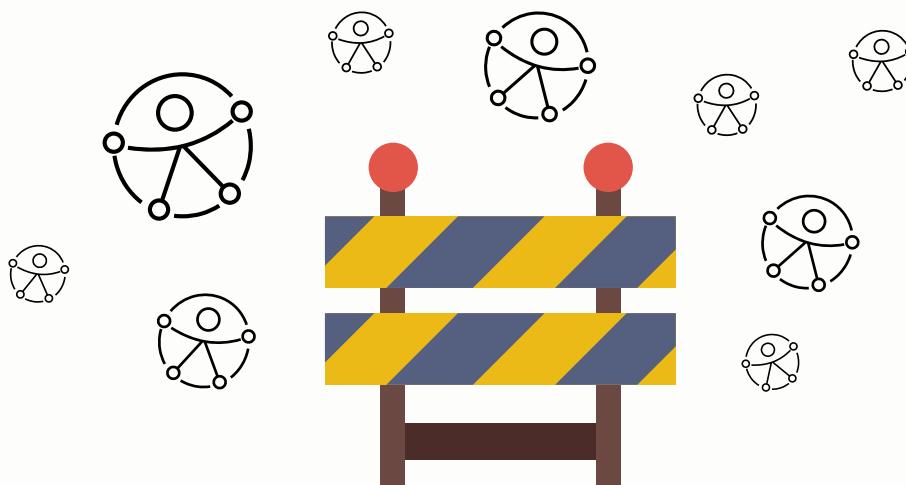
### **Barreira Comunicacional**

São geradas pela falta de informações a respeito do local, em função dos sistemas de comunicação disponíveis (ou não) em seu entorno, quer sejam visuais (inclusive em braille), lumínicos e/ou auditivos. Também fazem parte das barreiras comunicacionais a falta de sinalização urbana, deficiência nas sinalizações internas dos edifícios, ausência de legendas e audiodescrição na TV, entre outras.



### **Barreira Social**

Relacionada aos fatores que geram inclusão/exclusão social de grupos ou categorias de pessoas, em especial as ditas "minorias" como grupos étnicos, homossexuais, pessoas com deficiências e outros.



## **Barreira Atitudinal**

Atualmente é comum nos depararmos com situações onde os direitos de acessibilidade das pessoas com deficiência são negligenciados pela própria comunidade/sociedade. Normalmente se observa calçadas sendo obstruídas por carros estacionados impedindo a passagem ou bloqueando o piso tátil de uso de pessoas com deficiência visual, bem como impedindo o acesso às rampas, as quais são usadas pelos cadeirantes. Ainda utilizam dos espaços onde está demarcado como estacionamento preferencial, por pessoas que não se enquadram na categoria de acesso. Tais atitudes evidenciam que o desrespeito a diversidade é algo real nos dias atuais.

Vemos tal pensamento como uma barreira já que identifica a pessoa com deficiência como não capaz de gerir a própria vida; se materializa no preconceito, na exclusão, na falta de acessibilidade e na infantilização dessas pessoas; vê a deficiência como algo a ser corrigido ou adaptado.



## 8 PROCEDIMENTOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

### Algumas perguntas frequentes no cotidiano

### Respostas

Na ausência do profissional de apoio, quem será responsável pelo aluno em sala de aula?

O professor regente com ou sem a presença do profissional de apoio é o responsável por todos os alunos em sala de aula. O processo de inclusão é de responsabilidade de todos, principalmente dos os profissionais que lidam diretamente com o aluno.

Quais os possíveis mecanismos educacionais podem fazer a diferença no processo de ensino aprendizagem?

As estratégias, os recursos e estilos de atividades devem ser diversificados e abrangentes a fim de alcançar todos os alunos, sendo eles com deficiência ou não. A avaliação deve também estar em foco, possibilitando a averiguação das reais dificuldades dos estudantes de forma de forma a propor intervenções que trarão resultados no processo da aprendizagem.

Quanto as condutas indisciplinadas dos alunos com deficiência, quem será o responsável por intervir?

Questões disciplinares é de responsabilidade da equipe administrativa da unidade escolar. Não há regras de condutas diferenciadas para os alunos com deficiência.

Quando a escola recebe um aluno com deficiência, o que fazer?

Ao receber um aluno com deficiência a equipe pedagógica deve seguir alguns protocolos: analisar documentação do aluno incluindo o laudo; conversar com a família e buscar informações específicas sobre o aluno; buscar informações na literatura sobre a deficiência do aluno a fim de compreendê-la; organizar um banco de informações e possíveis intervenções a fim de auxiliar os professores que irão trabalhar com este aluno; desenvolver uma parceria entre os professores regentes com o mediador do AEE, a fim de ambos trabalharem em favor da aprendizagem do aluno com deficiência.

A unidade escolar pode negar a matrícula de um aluno com deficiência?

A Resolução CNE/CEB Nº 2 afirma que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma Educação de qualidade para todos.

Qual o papel do professor regente no que se refere ao trabalho com o aluno com deficiência?

O papel do professor regente é ser um contínuo observador, pois faz-se necessário que conheça seus alunos no que se refere as suas características, dificuldades, potencialidades e, principalmente, quais os caminhos que deverá percorrer para que se efetive a aprendizagem destes aprendizes.

Qual o papel do diretor na valorização das diferenças e inclusão de todos?

Trabalhar a partir da perspectiva de que garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, implica transformar a filosofia da escola: valores e cultura.

E o professor, quando é considerado um profissional que inclui todos os alunos?

Para que o processo de inclusão aconteça de forma significativa e efetiva, um bom professor necessita possuir habilidades e competências no que se refere ao conhecimento científico que ministra, um plano de estudo atualizado, bem como ser um entusiasta da aprendizagem.

### ***E o professor no dia a dia da sala de aula?***

Sabendo que o trabalho diário em sala de aula trará muitos desafios, é importante que o professor seja um contínuo aprendiz, um estudioso e um observador diário de seus alunos. Procurar conhecer os alunos enquanto indivíduos, analisando suas necessidades, dificuldades e potencialidades é de suma importância. Outro ponto importante é saber identificar possíveis dificuldades dos alunos com objetivo de realizar intervenções que contribuam para o desenvolvimento cognitivo destes discentes. As observações e o trabalho em equipe com a coordenação pedagógica da escola, bem como com o AEE, auxiliará o professor para evitar que rótulos e diagnósticos sejam realizados equivocadamente.

## Sugestões de Livros

Clique no link para acessar os documentos na íntegra.



Educação Inclusiva: um guia para o professor (2007)

[https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPEDU/CACAO/JURISPRUDENCIA/Cartilha\\_-\\_Educacao\\_Inclusiva\\_-\\_SORRI-BRASIL\\_0.pdf](https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPEDU/CACAO/JURISPRUDENCIA/Cartilha_-_Educacao_Inclusiva_-_SORRI-BRASIL_0.pdf)



Educação Inclusiva: um guia para o professor (2018)

[BRASIL\\_0.pdfhttp://www.amankay.org.br/educadorinclusivo/images/educador\\_inclusivo\\_capitulo1.pdf](http://www.amankay.org.br/educadorinclusivo/images/educador_inclusivo_capitulo1.pdf)



Ser diferente não é um problema, o problema é ser tratado de forma diferente.



## 9 GARANTINDO A PERMANÊNCIA DE TODOS OS ALUNOS NA ESCOLA.

### 9.1 ADAPTAR E FLEXIBILIZAR O CURRÍCULO

No contexto educacional, flexibilizar significa garantir o direito à diferença no currículo. Implica a busca pela coesão da base curricular comum com a realidade dos estudantes, suas características sociais, culturais e individuais, incorporando assim, também os diferentes modos de aprender e as múltiplas inteligências presentes em sala de aula.

### 9.2 DIMENSÕES POSSÍVEIS PARA UM PLANEJAMENTO FLEXÍVEL



Uma das discussões mais importantes sobre a educação inclusiva é que ela não pode ser uma prática repetitiva, na qual o planejamento é seguido rigidamente, sem variação, para todos os alunos.

A inclusão na sala de aula implica em oferecer uma proposta ao grupo como um todo, ao mesmo tempo em que atende às necessidades de cada um, em especial àqueles que correm risco de exclusão em termos de aprendizagem e participação na sala de aula.

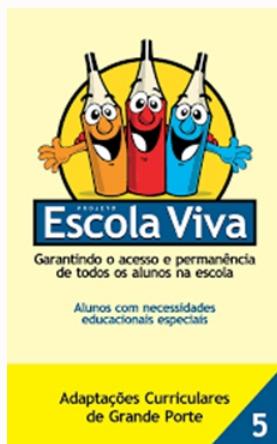
É no planejamento que se determina o quê, quando e como ensinar. Um plano de aula, ou uma sequência didática pode contemplar regulações organizativas nos objetivos, conteúdos, estratégias, recursos ou na avaliação.

Para estruturar as flexibilizações, se faz necessário refletir sobre os possíveis ajustes nas formas de organização didática sem que se torne um plano paralelo, segregado ou exclusivo (que tem poder para excluir).

Uma das abordagens para um planejamento flexível considera três importantes categorias a serem dimensionadas pelo professor: complexidade; quantidade e temporalidade.

## Sugestões de Livros

Clique no link para acessar os documentos na íntegra.



Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola  
Alunos com necessidades educacionais especiais.

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha05.pdf>



Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola Alunos com necessidades educacionais especiais.

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000449.pdf>



### Importante!!!

As flexibilizações e/ou adequações inseridas na prática pedagógica devem estar a serviço de uma única premissa:  
**DIFERENCIAR** os meios para **IGUALAR** os direitos.

## Sugestões de Filmes e Músicas

Clique na imagem para acessar os documentos na íntegra.

### Filmes e músicas

### Sinopse



### Sinopse

Vídeo: Cordas (Duração:10min53s)

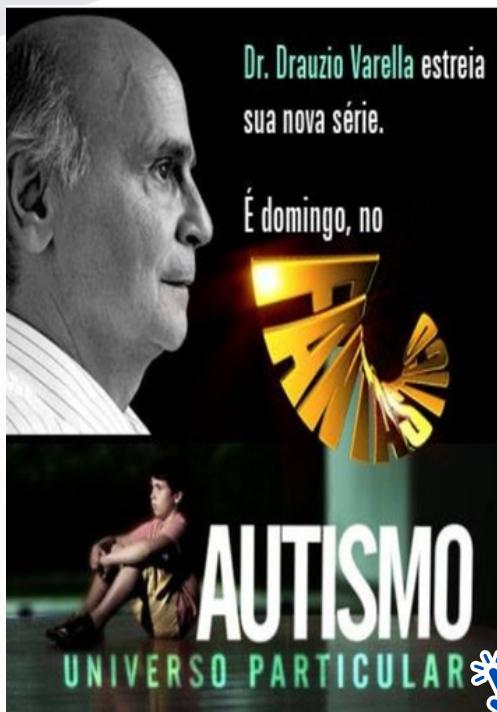
Cordas apresenta uma reflexão sobre o amor incondicional e a amizade verdadeira. Uma produção espanhola que ganhou o Prémio Goya 2014 na categoria de "Melhor Curta-metragem de Animação". O seu criador, Pedro Solís Garcia, inspirou se na sua filha que é muito irmão próxima do com paralisia cerebral.



### Sinopse

Vídeo: As Cores das Flores (Duração: 4min08s)

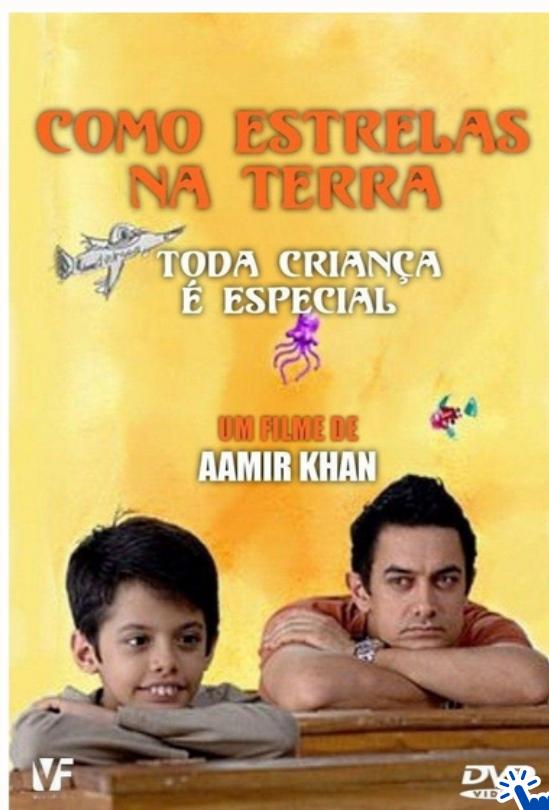
As cores das flores contam como Diego, uma criança cega desde o nascimento, enfrenta o desafio de escrever uma redação sobre algo que nunca tinha visto: como são as cores das flores. Crianças com deficiências visuais, motoras, auditivas e intelectuais enfrentam uma série de dificuldades, mas são capazes de aprender como todas as outras. Pensando em passar mensagem, a ONCE - Organização Nacional de Cegos da Espanha desenvolveu um vídeo institucional bastante sensível e emocionante.



### **Sinopse**

Documentário: Série 'Autismo' no Fantástico (Duração:1h02min)

Exibido no Programa Fantástico, da Rede Globo, a série "Autismo - Universo Particular", com o Dr. Drauzio Varella, explica o transtorno que desafia a ciência e que tem causas ainda pouco conhecidas. Este documentário de quatro episódios abordou temas distintos relacionados ao transtorno como sintomas, diagnóstico, direitos e benefícios com tratamento e educação, bem como o futuro dos pacientes através



### **Sinopse**

Filme: Como Estrelas na Terra – Toda Criança é Especial (Duração:2h42min)

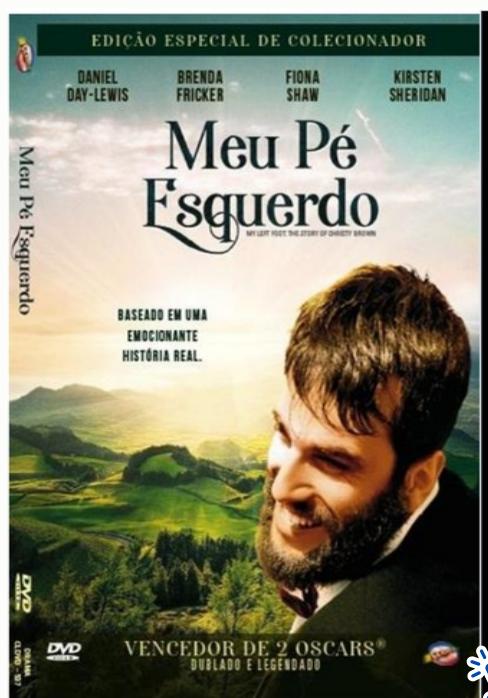
Ishaan (Darsheel Safary) é um garoto de nove anos que tem pouquíssimos amigos e apresenta muitas dificuldades na escola, tendo sido reprovado no ano anterior e correndo o risco de ser reprovado novamente. Já seu irmão, Yohan (Sachet Engineer), é o melhor da classe, com notas altíssimas e um grande talento para esportes. Após uma reunião com os professores de Ishaan, o pai do garoto decide enviá-lo a um colégio interno para que seja disciplinado e consiga êxito nos estudos. Lá, ele conhece o professor Nikumbh (Aamir Khan), que leciona também em um colégio para crianças com necessidades especiais. É o professor Nikumbh quem descobre que Ishaan tem dislexia e, a partir daí, coloca em prática um método diferente para ajudá-lo a compreender o mundo da leitura e da escrita.



### Sinopse

Filme: Extraordinário  
(Duração: 1h52min)

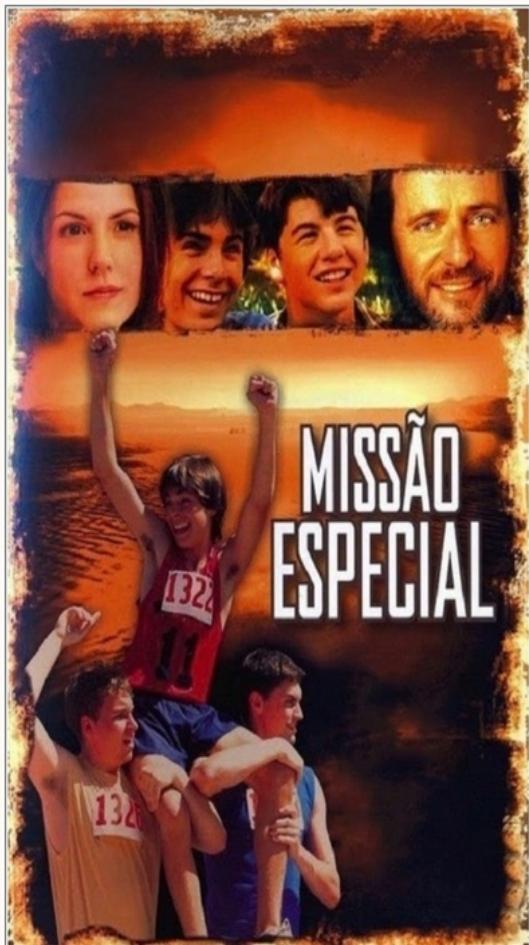
O garotinho Auggie Pullman nasceu com uma séria síndrome genética, que o deixou com deformidades faciais, fazendo com que passasse por diversas cirurgias e complicações médicas ao longo dos seus poucos anos de vida. Com a ajuda de seus pais, o menino procura se adequar a uma nova rotina quando ingressa pela primeira vez numa escola convencional.



### Sinopse

Filme: Meu Pé Esquerdo  
(Duração: 1h43min)

Baseado na história real do artista e escritor Christy Brown, "Meu Pé Esquerdo" é um relato autobiográfico. A história acompanha a vida do protagonista, um dos filhos de uma humilde família irlandesa, nasce com uma séria paralisia cerebral que lhe tira todos os movimentos do corpo, com a exceção do pé esquerdo. Em uma luta apaixonada para se expressar, ele utiliza o único membro sobre o qual conseguiu algum controle para escrever um apelo para a única pessoa que pode ajudá-lo a conseguir desenvolver seu potencial: "Mãe". Essa é a primeira de muitas palavras - e trabalhos que Christy irá utilizar para superar sua amarga solidão e para assombrar o mundo com o talento sem paralelo - e felizmente revelado de um verdadeiro artista.



### **Sinopse**

Filme: Uma Viagem Inesperada - Missão Especial (Duração:1h27min)

Corrine (Mary-Louise Parker) descobriu o amor com os seus filhos. Ela fica transtornada ao descobrir que não existia cura ou tratamento efetivo para a doença de seus filhos gêmeos Stephen e Phillip. Para não se tornar prisioneira desta deficiência ela está determinada a propor uma vida normal aos garotos e começa uma jornada em busca desta nova vida. Ela terá que enfrentar muitos obstáculos para superar os preconceitos da sociedade e mostrar a capacidade de seus filhos. A sua dedicação é maior do que qualquer barreira e ela começa a ser aceita pelas outras pessoas. O que ela não esperava era a atenção e generosidade de Doug Thomas (Aidan Quinn), que compartilha os seus problemas e participa de sua família. Tudo começa a mudar quando um de seus filhos são aceitos em uma escola e o outro entra e o outro entra para a equipe de corrida cross country. A superação é inacreditável e o sucesso dos garotos vai além do esperado. Definitivamente o amor ultrapassa os limites da realidade e a missão é duplamente especial!



### **Sinopse**

Filme: E seu nome é Jonas (Duração: 1h.34min)

Depois de passar três anos em uma instituição para "deficientes" intelectuais, o menino tem o diagnóstico de que possui apenas surdez. Assim a mãe começa uma grande luta para conseguir se comunicar com o filho. Isso só ocorre depois que ela e ele têm o contato com a língua de sinais, quando tudo começa a fazer sentido para Jonas.



### **Sinopse**

Filme: Meu Nome é Rádio (Duração: 1h49min)

Anderson, Carolina do Sul, 1976, na escola secundária T. L. Hanna. Harold Jones é o treinador local de futebol americano, que fica tão envolvido em preparar o time que raramente passa algum tempo com sua filha, Mary Helen, ou sua esposa, Linda. Jones conhece um jovem "lento", James Robert Kennedy, mas Jones nem ninguém sabia o nome dele, pois ele não falava e só perambulava em volta do campo de treinamento. Jones se preocupa com o jovem quando alguns dos jogadores da equipe fazem uma "brincadeira" de péssimo gosto, que deixou James apavorado. Tentando compensar o que tinham feito com o jovem, Jones o coloca sob sua proteção, além de lhe dar uma ocupação. Como ainda não sabia o nome dele e pelo fato dele gostar de rádios, passou a se chamá-lo de Rádio. Mas ninguém sabia que, pelo menos em parte, a razão da preocupação de Jones é que tentava não repetir uma omissão que cometera, quando era um garoto.



### **Sinopse**

Filme: O Primeiro da Classe (Duração: 1h37min)

Drama familiar inspirado na vida de Brad Cohen que tem Síndrome de Tourette. Este desafiou a doença para realizar o sonho de ser professor e vencer suas dificuldades. Dar aulas era a coisa que mais o fazia feliz, pois se sentia aceito na sociedade e sua síndrome não se destacava tanto.

**Ninguém é igual a ninguém.**

Milton Karam



### **Sinopse**

Música: Ninguém é Igual a Ninguém de Milton Karm (Duração:3min34s)

Não queira ser aquilo que o outro é Nem que o outro seja, ora veja tudo aquilo que você quer Ninguém é igual a ninguém ainda bem, ainda bem! Ninguém é igual a ninguém ainda bem, ainda bem! A gente mesmo se inverte no espelho o que reflete exatamente esse conselho Não queira ser aquilo que o outro é Nem que o outro seja, ora veja



### **Sinopse**

Música: Ser diferente é Normal de Jair Oliveira (Duração:3min20s)

Tão legal, oh minha gente Perceber que é mais feliz quem compreende Que amizade não vê cor, nem continente E o normal está nas coisas diferentes Amigo tem de toda cor, de toda raça Toda crença, toda graça Amigo é de qualquer lugar [...] Você não é igual a mim Eu não sou igual a você Mas nada disso importa Pois a gente se gosta E é sempre assim que deve ser

# 10 QUER SABER MAIS?

## 10.1 LIVROS E TEXTOS RELEVANTES

**Clique no título para acessar os documentos na íntegra.**

Observação: para ter acesso ao livro ou texto na íntegra ou ao local para adquiri-lo com um preço mais favorável, é só clicar no nome do documento.

### **Ensaio Pedagógico – Como Construir uma Escola para Todos?** **(Lino de Macedo, 2005, 168p.)**

Este é, de fato, um livro maravilhoso. Vale a pena ler do começo ao fim, com destaque para o capítulo “Fundamentos para uma Educação inclusiva”. Lino aborda a questão da inclusão de um viés que considera a ética e as relações entre as pessoas como ponto de partida para pensar na questão. É uma proposta de reflexão que nos coloca como sujeitos responsáveis e envolvidos por princípio com este tema.

### **Educação Impossível (Maud Mannoni, 1988, 317p.)**

Referência no tratamento e Educação de crianças autistas e psicóticas, Maud Mannoni, psicanalista belga, tem como uma de suas principais contribuições o trabalho desenvolvido na Escola Experimental de Bonneuil, que tinha como objetivo a reinserção desses pequenos sujeitos na sociedade.

### **Educação Inclusiva – Contextos Sociais (Peter Mittler, 2003, 264p.)**

Autor atual, o inglês Peter Mittler apresenta uma reflexão abrangente sobre a urgência da implementação de políticas públicas que viabilizem a Educação inclusiva e com qualidade para todos. Essa é a condição para a construção plena de uma nação justa e verdadeiramente desenvolvida.

### **A Pedagogia na Escola das Diferenças (Philippe Perrenoud, 2001, 230p.)**

Considerando as desigualdades sociais vigentes atualmente como corresponsáveis pelo fracasso escolar de muitos alunos, Perrenoud nos oferece uma pensata sobre a escola e a necessidade de ver as diferenças de qualquer natureza como pressupostos a serem considerados para a efetivação de um projeto escolar eficiente. O apoio aos alunos, a individualização dos percursos e a consideração dos contextos sociais e culturais se colocam para ele como ferramentas de trabalho valiosas para professores e alunos.

## **O Professor e a Educação Inclusiva: formação, práticas e lugares (Miranda e Galvão Filho, 2012, 491p.)**

A obra é um conjunto de artigos que contemplam as múltiplas questões que inter cruzam o campo da educação inclusiva. Tem como questão central problematizar os sentidos, significados e intencionalidades que vêm se materializando na relação entre o professor e a educação inclusiva, enfocando três aspectos dessa realidade: a formação do professor, as suas práticas e os lugares.

## **As Tecnologias nas Práticas Pedagógicas Inclusivas (Giroto, Poker e Omote, 2012, 238p.)**

Este livro, trata-se de um conjunto expressivo de informações que, com certeza, farão a diferença no movimento da educação inclusiva, oferecendo estratégias que podem melhorar as práticas pedagógicas dos professores. Como parte dos resultados desse esforço coletivo, apresentam-se a presente obra constituída por 10 textos de convidados. Alguns capítulos se ocupam do uso das TIC na educação inclusiva e outros da formação de professores para o enfrentamento dos desafios e acolhimento das possibilidades postos pelas novas tecnologias.

## **Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva: apropriação, demandas e perspectivas (GALVÃO FILHO, 2009, 346p.)**

Trata-se de uma tese de doutorado em educação, defendida e aprovada na Universidade Federal da Bahia. Nela o autor busca entender e discutir como a “instituição Escola” tem percebido e vivenciado as possibilidades em suas práticas e processos, principalmente os relacionadas com a Educação Inclusiva. Trata-se de um Estudo de Caso, o processo de apropriação e uso da Tecnologia Assistiva por escolas públicas de Ensino Básico do município de Salvador, Bahia, tecnologia essa necessária para a inclusão de alunos com deficiência em suas salas de aula.

## **A Motivação em Sala de Aula (Tapia e Fita, 1999, 152p.)**

Nesse livro, os autores apresentam duas perspectivas sobre a motivação escolar: Alonso Tapia defende que o interesse do aluno não depende de um único fator. A motivação está ligada à interação dinâmica entre as características pessoais e os contextos em que as tarefas escolares se desenvolvem. A atuação dos professores, a partir da consciência das determinantes psicossociais, pode interferir, reforçar ou anular os padrões motivacionais dos alunos. Caturla Fita focaliza o papel do professor na motivação dos alunos. Saber motivar pressupõe saber como os alunos aprendem. Nesse sentido, é evidente que o interesse dos alunos depende em grande medida das decisões que o professor toma.

**Na Minha Escola Todo Mundo é Igual (Ramos e Sanson, 2021, 20p.)** 

É um bom livro para se utilizar para a leitura dos alunos, respeitando a classificação etária. Neste livro poético e atual, as autoras conseguem envolver o leitor de qualquer idade. Cada página revela toda forma de discriminação no âmbito étnico, cultural ou socioeconômico, que sofre parte da população por ser considerada diferente. Temas polêmicos, mas que precisam ser trabalhados dentro e fora do ambiente escolar, para que, desde pequenas, as crianças percebam que todos têm direitos iguais e devem ser respeitadas suas diferenças.

**Meu amigo Down (Em Casa, Na rua e na Escola) (Werneck, 2006, 24p.)** 

Lançada em 1994, vem fazendo sucesso na literatura infantil, desde então, vem sendo lançadas várias edições. Composta por uma coleção de 3 volumes, a jornalista Claudia Werneck teve a ideia de se aprofundar no tema quando encontrou uma mãe que acabara de ter um filho com Síndrome de Down, mas não tinha a menor ideia de como seria o futuro do filho, numa época em que não se discutia a respeito do assunto.

**Lingua(gem) e identidade: a surdez em questão (Gesueli, 2006, p. 16)** 

Trata-se de um artigo científico que discute sobre o papel da língua de sinais na construção da identidade surda. A autora buscou trazer esta discussão para o campo da surdez levando em conta que, o interlocutor privilegiado da criança surda é o próprio surdo e o lugar de contato com essa língua se dá, para a maioria dos alunos, dentro das instituições ou escolas especiais para surdos. Ela observou que a inserção do professor surdo na sala de aula (no ensino bilíngue) contribui para que os alunos não somente encontrem possibilidades de construção da narrativa em língua de sinais, mas também se percebam como surdos, construindo sua identidade já na idade de 5-7 anos, assumindo e diferenciando papéis na interação socioeducacional.

## 10.2 SITES QUE UM PROFESSOR DEVE CONHECER

Clique na imagem para acessar os documentos na íntegra.



A ONG foi fundada em 2010, por pais e educadores, para difundir informações e eliminar preconceitos acerca do autismo. Aos professores, o site oferece manuais gratuitos para a adaptação das crianças do espectro autista à escola e para uma educação individualizada. Já para os pais, há cartilhas que preparam a criança para a vida escolar e para situações como o retorno às aulas.

Aprendizado em um ritmo mais lento e a dificuldade de concentração podem ser dificuldades apresentadas pelos estudantes com síndrome de Down, durante a vida escolar. O projeto oferece uma seção de dicas para pais e educadores com sugestões para facilitar a aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual em diferentes etapas da vida escolar, como Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.



“Educação inclusiva na prática” é o tema do Projeto Diversa. A organização disponibiliza gratuitamente em seu site estudos de caso, vídeos, relatos de educadores, artigos, notícias, e-books, entre outros materiais de referência.

Site do Centro de Apoio Pedagógico Especializado (CAPE) da Secretaria de Educação de São Paulo/CENP que oferece suporte ao processo de inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais na Rede Estadual de Ensino.



ACERVO INCLUSIVO  
EMÍLIO FIGUEIRA



O Centro de Apoio a Professores com Alunos Inclusivos (CAPAI) foi fundado pelo educador Emílio Figueira que, por conta da paralisia cerebral adquirida durante o nascimento, tem problemas de fala e movimento. A iniciativa reúne perguntas e repostas para professores sobre o tema, um curso online de formação de professores, além de materiais gratuitos e e-books.

AABDA é uma associação de pacientes com o objetivo de disseminar informações sobre o Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH). Para os professores, o site da instituição oferece estratégias a serem adotadas em sala de aula para melhorar a atenção dos alunos e diminuir os prejuízos decorrentes de comportamentos hiperativos, facilitando a aprendizagem por tabela.



O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) apoiou a elaboração da Coleção Incluir Brincando. Ela reúne materiais destinados aos profissionais que trabalham na Educação Infantil com os temas desenvolvimento inclusivo, brincar e infância. O projeto agrega referenciais teóricos e práticos para promover o desenvolvimento integral das crianças por meio de atividades lúdicas.

## 11 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*: 23.12.1996.

BRASIL. Resolução CNE /CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*: 18.11.2011.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. *Diário Oficial da União*: 28.12.2012. BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: 7.7.2015.

KULLOK, Maisa Gomes Brandão. *Formação de professores para o próximo milênio: novo locus?* São Paulo: Annabluma, 2000.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* SP: Moderna, 2003.

MELO, Patrícia Maciel; QUEIROZ, Girlene Aparecida. Educação Inclusiva: formação do professor e atuação. *Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT*, Ano VIII, v. 15, n. 2, nov. 2019.

NÓVOA, Antonio (org.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Construindo uma Sociedade para Todos*. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SAVIANI, Dermeval. *Educação no Brasil: concepção e desafios para o século XXI*. Revista HISTEDBR on-line, Campinas, n. 3, jul. 2001.

SEDUC/GO. *Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás 2020-2022*. Goiânia-GO, 2020. Disponível em: [https://site.educacao.go.gov.br/wpcontent/uploads/2020/02/Diretrizes\\_Operacionais\\_Rede\\_Publica\\_Estadoal\\_de\\_Educacao\\_de\\_Goiás\\_2020\\_2022.pdf](https://site.educacao.go.gov.br/wpcontent/uploads/2020/02/Diretrizes_Operacionais_Rede_Publica_Estadoal_de_Educacao_de_Goiás_2020_2022.pdf). Acesso em: 20 fe. 2020.

## AUTORES

**Clique no link para acessar os documentos na íntegra.**

ROSANE MARTINS DE OLIVEIRA RODRIGUES - mestranda do Programa de Pós-Graduação em ensino para a Educação Básica (PPGEnEB) IF Goiano, Especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Salgado de Oliveira, UNIVERSO, Graduada em Letras - Português e Inglês (UEG), Professora PIV pela Secretaria de Estado da Educação-GO.

**Link do Lattes:**

**<http://lattes.cnpq.br/6377001620077312>** 

MARCOS FERNANDES SOBRINHO - pesquisador em nível de Pós-doutorado em Direito Público na Universidad de Las Palmas Grand Canaria/Espanha. Doutor em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade de Brasília (UnB), Físico (UFU), Bacharel em Administração (FAAB) e Bacharelado em Direito (UEG), Brasil. Docente credenciado no (PPGEnEB) DO IF Goiano e no PPGGO/UFG-RC/UFCat.

**Link do Lattes:**

**<http://lattes.cnpq.br/6377001620077312>** 

## AGRADECIMENTOS

O presente Produto Educacional é resultado da dissertação PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: desafios e possibilidades contou com a participação de um grupo de professores que exercem sua profissão do magistério em duas escolas públicas do sudeste goiano. Aos meus colegas de profissão, deixo registrado a minha admiração, respeito e gratidão, pois as contribuições realizadas por este grupo de profissionais da educação foram de fundamental importância para a construção deste produto educacional.

Agradeço, em especial, ao meu esposo Luiz Antonio, que de forma incondicional esteve sempre ao meu lado, e, através de sua compreensão e discricção, permitiu-me viver mais este sonho em grande estilo. Também externo meus agradecimentos e admiração aos meus filhos Fernando e Guilherme.

Em especial, registro minha gratidão aos profissionais da educação das duas escolas participantes do projeto, que de forma acolhedora abriram-me as portas para que fosse possível a realização da pesquisa (gestores, coordenadores pedagógicos, professores).

Ao orientador Dr. Marcos Fernandes Sobrinho que, de forma zelosa, esteve sempre de prontidão, me mostrando o caminho para que eu pudesse prosseguir rumo à concretização deste projeto.

Por fim, aos colegas do mestrado registro minha admiração, em especial a Vanessa, minha companheira nesta jornada de estudo e dedicação. Sempre ao meu lado somando alegrias e dividindo angústias e frustrações.

Este material é destinado a Professores, Gestores, Equipes Escolares, Equipes Pedagógicas, bem como a todos aqueles que se interessarem pela inclusão de pessoas com deficiência no espaço escolar.

Contato: [rosane.rodriques@seduc.go.gov.br](mailto:rosane.rodriques@seduc.go.gov.br)

Telefone: (64) 99981-4697